

Maria Olívia do Nascimento Rezende

**Uma análise de produções da pós-graduação *stricto sensu* sobre a atuação da Psicologia
Escolar e Educacional no Ensino Superior**

**Uberlândia
2023**

Maria Olívia do Nascimento Rezende

**Uma análise de produções da pós-graduação *stricto sensu* sobre a atuação da Psicologia
Escolar e Educacional no Ensino Superior**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Psicologia.
Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva

**Uberlândia
2023**

Maria Olívia do Nascimento Rezende

**Uma análise de produções da pós-graduação *stricto sensu* sobre a atuação da Psicologia
Escolar e Educacional no Ensino Superior**

Trabalho de Curso apresentado ao Instituto de
Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia,
como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da
Silva

Banca Examinadora

Uberlândia, 07 de dezembro de 2023

Profa. Dra. Silvia Maria Cintra da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG

Profa. Mestra Daniela da Cunha Lopes Almeida
(Examinadora)

Mestra Laura Rafaella Ramos Silva
(Examinadora)

**Uberlândia
2023**

Resumo

A Psicologia Escolar e Educacional é um dos campos pioneiros dentro da Psicologia e geralmente, o público com que lida pertence aos Ensinos Fundamental e Médio, sejam estudantes, docentes e demais segmentos envolvidos no processo educativo. Pode-se afirmar, porém, que o Ensino Superior também passou a compor esse público a partir do século XXI, nível que atualmente comparece em estudos, pesquisas e relatos de prática. Assim, o objetivo deste trabalho é levantar e analisar, à luz da Psicologia Escolar Crítica, produções referentes à atuação da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior nos últimos dez anos. Para tanto, foi realizado um levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio dos descritores Psicologia Escolar e Educacional; Ensino e/ou Educação Superior; Prática e Atuação e com recorte cronológico de 2012 a 2022. Dentre as dissertações e teses recuperadas, sete mostraram-se adequadas ao escopo e objetivo da pesquisa e, a partir da leitura do material encontrado, foram elaborados os seguintes eixos de análise: *Eixo 1 - Assistência Estudantil: um campo em plena expansão*, onde identificamos que a Assistência Estudantil é um dos principais campos de atuação da Psicologia na Educação Superior, com vistas ao desenvolvimento de estratégias enfocando a permanência das/os estudantes. A maioria dos trabalhos desenvolvidos ainda foca principalmente na/o discente; porém, foram identificadas propostas que visam a uma expansão que englobe outros agentes institucionais; *Eixo 2 - Fracasso escolar: nuances e demandas*, em que verificamos que ainda existe uma visão tradicional da compreensão do fenômeno do fracasso escolar, principalmente por parte de docentes e coordenadoras/es de curso, que ainda não assimilaram as possibilidades de atuação da/o psicóloga/o em uma perspectiva crítica, levando em consideração o contexto social das instituições. É necessário que pesquisas futuras abarquem mais trabalhos, além da BDTD, para que seja possível conhecer a produção nesse campo.

Palavras-chave: Psicologia Escolar e Educacional; Educação Superior; Perspectiva Crítica; Atuação de psicólogos; Prática de psicólogos.

Abstract

School and Educational Psychology is one of the pioneering fields within Psychology and generally, the public it deals with belongs to Elementary and Secondary Education, whether students, teachers, and other segments involved in the educational process. It can be said, however, that the Higher Education has also become part of this audience since the 21st century, a level that currently appears in studies, research, and practice reports. Thus, the goal of this study is to survey and analyze, In light of the Critical School Psychology, productions relating to the performance of School and Educational Psychology in Higher Education in the past ten years. To this end, a survey was carried out in the database of the Brazilian Library of Theses and Dissertations – BDTD. Between the dissertations and theses recuperated, seven were found adequate to the scope and objective of this research, and after the reading of the material, the following axes of analysis were developed: *Axis 1 – Student Assistance: a field in full expansion*, where we identified that the Student Assistance is one of the main fields of activity of Psychology in Higher Education, aiming to develop strategies focusing on student retention. Most of the practices carried out still focus mainly on students, however, proposals were identified aiming for an expansion that encompasses other institutional agents. *Axis 2 – School failure nuances and demands*, in which we identified that there is still a traditional view of understanding the phenomenon of school failure, mainly on the part of teachers and course coordinators, who have not yet assimilated the psychologist's possibilities of actions from a critical perspective, considering the social context of the institutions. It is necessary for future research to cover more works, beyond the BDTD, so that it is possible to know the production in this field.

Keywords: School and Educational Psychology; Higher Education; Critical Perspective; Performance of psychologists, Practices of psychologists.

1. Introdução

O presente trabalho surgiu da percepção inicial de que, ao longo da minha graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), tive contato com poucos trabalhos desenvolvidos pela Psicologia Escolar e Educacional com foco na Educação Superior, especialmente no próprio curso de graduação, mesmo notando, em diversos momentos, grandes possibilidades e demandas do Instituto de Psicologia concernentes a esse campo. Isso me trouxe a dúvida: quais seriam os trabalhos possíveis a serem desenvolvidos pela Psicologia Escolar com foco na Educação Superior? A Educação Superior tem sido foco de dissertações e teses na pós-graduação brasileira? Além disso, com a compreensão da Psicologia Escolar e Educacional como uma área de conhecimento e campo de atuação (Tanamachi & Meira, 2003) que permite a utilização de bases teóricas diversas para embasamento do seu trabalho, surge também a curiosidade de saber como têm se desenvolvido a atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior nos últimos dez anos.

Dessa forma, surge o objetivo geral da presente pesquisa: levantar e analisar produções referentes à atuação da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior nos últimos dez anos. Para tanto, nos apoiaremos em uma vertente crítica da Psicologia Escolar, que considera as relações escolares estabelecidas entre os diferentes segmentos que compõem a instituição educativa e as subjetividades produzidas nessas relações; atenta-se ao contexto histórico, político, institucional e cultural “em que a escola é produzida como algo que precede e que inclui a análise psicológica dos processos e relações escolares que produzem o fracasso/sucesso escolar.” (Checchia & Souza, 2003, p. 119). Essa vertente crítica busca compreender o que está além da aparência, questionando a naturalização dos fenômenos educacionais, que também são sociais, em nossa sociedade de classes, tão desigual. Além disso, a vertente crítica toma “como referência teórico-filosófica e metodológica o conjunto de elaborações da Psicologia, efetivados a partir do Materialismo Histórico-Dialético, enfocando as categorias que têm implicações

imediatas para a compreensão do processo de humanização dos indivíduos no contexto sócio-histórico atual.” (Tanamachi & Meira, 2003, p. 18).

A seguir, abordaremos a Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior, a pesquisa de cunho qualitativo realizada, os eixos de análise e as considerações finais.

2. Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior

No Brasil, diferentemente de outros países, a Psicologia Escolar e Educacional se originou e consolidou simultaneamente à Psicologia, uma vez que o campo educativo foi um dos primeiros a ser seu palco de intervenção (Barbosa e Souza, 2012). Antunes (2008; 2011) nos traz que a Educação foi fundamental para o desenvolvimento e consolidação da Psicologia como ciência, revelando sua autonomia teórica e prática. Dessa forma, se torna impossível falar de uma sem menção à outra. Portanto, abordaremos brevemente tanto a história da Psicologia Escolar e Educacional quanto da Educação Superior para que seja possível a compreensão de suas relações.

De acordo com Marinho-Araújo (2015), a literatura considera que a história da Educação Superior no Brasil é marcada por três grandes períodos: o primeiro, da Colônia (1808) até a República (1889), em que era estruturada em cátedras e posteriormente em cursos isolados, não universitários e de foco profissionalizante. Podemos traçar a história da Psicologia Escolar e Educacional desde tal época. As preocupações com a Educação e a Pedagogia tinham em seu âmago elaborações acerca dos fenômenos psicológicos e os conhecimentos eram utilizados como forma de manutenção da ordem social vigente através da educação realizada pelos jesuítas (Antunes, 2008). Ao fim do século XIX, surgiram iniciativas visando modernizar o Brasil, impulsionadas por princípios liberais. Nesse contexto, a Educação desempenhou um papel crucial, incorporando a demanda da Psicologia por embasamento científico nas novas metas e práticas educacionais. Isso resultou em uma fase inovadora na trajetória da Psicologia,

gradualmente ganhando reconhecimento como uma disciplina científica independente (Antunes, 2008, 2011).

O segundo período vai de 1930 a 1996, com a universidade, que surgiu apenas em 1920, sendo o centro da Educação Superior no Brasil (Marinho-Araújo, 2015). Teve como característica o movimento da Escola Nova, que defendia a descentralização do ensino, afastando-o da centralidade do professor e o substituindo pelo aluno. Promovia a concepção de uma escola mais dinâmica, visando proporcionar atividades práticas que estimulassem uma aprendizagem mais ativa e dinâmica. Também houve o crescimento de ideias acerca da Educação Especial, da influência da Psicanálise e de contribuições estadunidenses na Psicologia, além do interesse de classificação dos considerados desajustados, vistos como anormais. Dessa forma, a Psicologia Escolar e Educacional se construiu inicialmente com o objetivo de ajustamento, disciplinarização e normatização dos desviantes com grandes influências da Psicologia Pedagógica, da Psicologia Infantil Empirista, da Escola Nova, do desenvolvimento dos testes diagnósticos e dos pensamentos higienistas e eugenistas (Barbosa, 2012).

Em 1962 a profissão do psicólogo foi reconhecida por meio da Lei 4.119, que também estabeleceu os cursos de Psicologia e seu currículo mínimo. Em 1964 acontece o Golpe Militar, que altera a educação através da Reforma Universitária de 1968, ampliando a Educação Superior por meio da privatização, gerando a criação de muitos cursos de Psicologia em instituições particulares, que mantiveram as influências de formação e atuação e deram continuidade ao papel de classificar, orientar e tratar as crianças-problema, gerando uma formação precária (Antunes, 2011; Barbosa, 2012). Assim, há a valorização do modelo médico com ênfase no diagnóstico e no atendimento individualizado, e o ambiente escolar era considerado vantajoso na prevenção de desajustes e promoção do ajustamento social (Marinho-Araújo & Almeida, 2014).

Na década de 1970, vemos despontar diversas críticas acerca da atuação da Psicologia na Educação, uma vez que ela contribuía para uma superficialidade da compreensão do processo educacional, pois não considerava fatores sociais ou pedagógicos na determinação dos problemas escolares (Antunes, 2011; Barbosa, 2012). Em 1980, é inaugurado o movimento geral de crítica à Psicologia como ciência e profissão a partir da publicação da tese de doutorado de Maria Helena de Souza Patto intitulada *Psicologia e Ideologia: Reflexões sobre a Psicologia Escolar* (1981), que mostrou que o fracasso escolar não resultava apenas das condições intrínsecas da criança, mas também era produzido nas e pelas relações escolares (Antunes, 2011).

Além desse trabalho fundamental e precursor de Patto, é necessário destacar também que, de acordo com Pereira (2019, p. 19)

Segundo a pesquisa realizada por Prates (2015), alguns psicólogos de São Paulo, insatisfeitos com os caminhos da Psicologia, começaram a se articular no final da década de 1970, no Instituto Sedes Sapientiae, no Sindicato dos Psicólogos de São Paulo e no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06), buscando apresentar um novo projeto de Psicologia, mais implicado com as questões sociais.

Posteriormente, vários avanços contribuem para a construção de uma nova configuração para a área, considerando um formato mais crítico. Damos destaque para a realização do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE) em 1990, que culminou com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRABEE). Deste então, a entidade tem contribuído para o debate relativo à identidade da/o psicóloga/o escolar, aos conhecimentos psicológicos aplicados na área e às variadas possibilidades de atuação em ambientes educacionais (Barbosa 2012).

Martínez (2009) classifica a atuação da Psicologia Escolar e Educacional de forma a considerar práticas tradicionais associadas à dimensão psicoeducativa do contexto escolar e práticas “emergentes” que passam a problematizar o modelo anterior e incluir a sua dimensão psicossocial, envolvendo todos os atores concernentes ao processo educativo.

O terceiro período da história da Educação Superior adentra o século XXI e é marcado pela influência da internacionalização do sistema educacional, em resposta a um contexto social que exige uma universidade de massa, tornando a educação superior um canal de ascensão social (Marinho-Araújo, 2015). Nos aprofundamos nesse cenário no desenvolvimento do *Eixo I: Assistência Estudantil: um campo em plena expansão*.

De acordo com Meira (2003 p. 17), “(...) uma concepção ou teoria é crítica à medida que transforma o imediato em mediato; nega as aparências ideológicas; apreende a totalidade do concreto em suas múltiplas determinações e compreende a sociedade como um movimento de vir-a-ser”. A autora evidencia que suas elaborações são embasadas no conjunto de formulações filosóficas, sociais, econômicas e políticas desenvolvidas por Karl Marx. Percebemos pela leitura dos diversos outros autores aqui citados que, mesmo que não evidenciem tal relação, as propostas da Psicologia Crítica têm ligação direta com as teorias desse autor.

Em relação à atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior, Marinho-Araújo (2016) considera que

Essas novas formas de atuação devem influenciar transformações estruturais, funcionais e relacionais nas Instituições de Ensino Superior (IES); favorecer mediações no desenvolvimento de vários atores, para além do estudante; e impactar muitos,

promovendo conscientização, de uma forma dialética, de cada sujeito e de todo o coletivo na instituição. (p. 202).

Assim, destaca-se que na literatura nacional ainda são pouco explorados trabalhos que considerem tal campo de atuação, sendo preterido pela pesquisa junto a estudantes, professores e gestores nesse nível de ensino. Na literatura nacional, a autora identifica que as temáticas contempladas até então são: possibilidades de práticas realizadas pela/o psicóloga/o escolar, serviços de orientação ao estudante universitário; formação docente; atuação da/o psicóloga/o escolar frente às políticas acadêmicas e estudantis de ações afirmativas voltadas para a permanência dos estudantes; e atuação institucional da Psicologia Escolar ampliada coletivamente.

3. Percurso Metodológico

Para alcançar o objetivo da pesquisa, que foi levantar e analisar produções referentes à atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior nos últimos dez anos, escolhemos trabalhar com um levantamento em bases de dados. Após uma sondagem inicial em diversos bancos de dados, com os descritores básicos Psicologia Escolar e Educacional e Ensino e/ou Educação Superior, e o alto número de resultados em cada uma – acima de 300 – surge a proposta de focar em trabalhos desenvolvidos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* – mestrados e doutorados – uma vez que não encontramos trabalhos que focaram em tais publicações, e então, o levantamento realizado no presente estudo foca-se na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). De acordo com Machado Junior, Souza, Parisotto e Palmisano (2016, p. 112), “As teses e dissertações, ao contrário dos artigos científicos, não possuem limitação na quantidade de laudas, condição esta que favorece o autor a realizar uma revisão teórica mais abrangente.”

Ainda assim, em pesquisas iniciais combinando os descritores Psicologia Escolar e Educacional e Ensino e/ou Educação Superior, o número de resultados foi demasiado alto (303 resultados) para que se tornasse viável uma sintetização e análise no período proposto para o desenvolvimento do presente trabalho, portanto, foi incluído também o descritor Atuação, que diminuiu drasticamente o número de resultados (65 achados). Posteriormente, também houve o acréscimo do descritor Prática aos demais já utilizados, a fim de que mais trabalhos fossem compreendidos. A pesquisa foi feita substituindo-se o descritor Atuação pelo novo termo, o que gerou 196 resultados.

Trata-se de um levantamento e análise do conteúdo das produções nacionais de pós-graduação *stricto sensu* (teses e dissertações) acerca das atuações desenvolvidas pela Psicologia Escolar no campo da Educação Superior, a fim de compreender como têm se desenvolvido tais atividades nos últimos dez anos e uma análise acerca da presença de uma vertente crítica nesses trabalhos.

3.1. Critérios de inclusão e exclusão

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão para a seleção dos trabalhos analisados: teses e dissertações defendidas nos últimos dez anos, considerando o período entre 01/01/2012 a 31/12/2022, publicações em português, e que focavam na atuação e/ou na prática da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior no Brasil. Foram excluídos da seleção: teses e dissertações que não explicitaram sua relação com a Psicologia Escolar e Educacional em seus resumos ou palavras-chave, uma vez que foram encontrados diversos trabalhos que abordaram temáticas relevantes porém não fizeram tal distinção, tornando inviável a sua inclusão; que não traziam o Ensino Superior no Brasil como foco; que não tinham como cerne principal a atuação e/ou prática da Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior no Brasil, pois foram encontrados trabalhos que focaram em outros aspectos como o processo de formação e duplicações nos resultados de busca.

3.2. Estratégia de busca

A busca bibliográfica teve como pergunta norteadora “Como tem se desenvolvido a atuação da Psicologia Escolar e Educacional na pós-graduação stricto sensu com foco na Educação Superior nos últimos dez anos?”. Assim, foi selecionada como base de dados para a obtenção das produções científicas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), uma vez que esta foi desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) a fim de integrar e disseminar, em um único portal de buscas, os textos completos das teses e dissertações defendidas em instituições brasileiras de ensino e pesquisa.¹

Inicialmente, foram utilizados os descritores e operadores booleanos como estratégia de busca combinada: Psicologia Escolar AND Psicologia educacional AND Psicologia Escolar e Educacional AND Educação Superior AND Ensino Superior, obtendo um total de 231 resultados. Devido à impossibilidade de analisar um número tão grande de teses e dissertações no período proposto para a realização do presente trabalho, optou-se pela inclusão do descritor Atuação, com o objetivo não só de diminuir a quantidade de resultados para um número manejável, mas também de concentrar a análise em trabalhos que desenvolveram, especificamente, intervenções realizadas nesse nível de ensino.

Após a investigação dos resultados iniciais e a obtenção de apenas três (3) trabalhos que se encaixaram no delineamento da pesquisa, optou-se pela inclusão do descritor Prática, resultando em 198 resultados a serem examinados, e o acréscimo de dois (2) trabalhos no banco de dados, totalizando seis (6) trabalhos a serem analisados. Também foi incluído um trabalho

¹<https://www.gov.br/ibict/pt-br/assuntos/informacao-para-a-pesquisa/bdtd#:~:text=A%20Biblioteca%20Digital%20Brasileira%20de%20Teses%20e%20Disserta%C3%A7%C3%B5es,%C3%BAnica%20de%20busca%20e%20acesso%20a%20esses%20documentos.>

de conhecimento da orientadora que não apareceu nos resultados de busca, o que nos leva a pensar sobre a limitação da base escolhida.

3.3. Da análise

Inicialmente, foi identificada a presença de 67 resultados, realizada a leitura de títulos e resumos para a identificação dos que se enquadravam nos critérios de inclusão. Assim, foram selecionados três (3) trabalhos a serem analisados. Esse movimento pode ser visto na Figura 1.

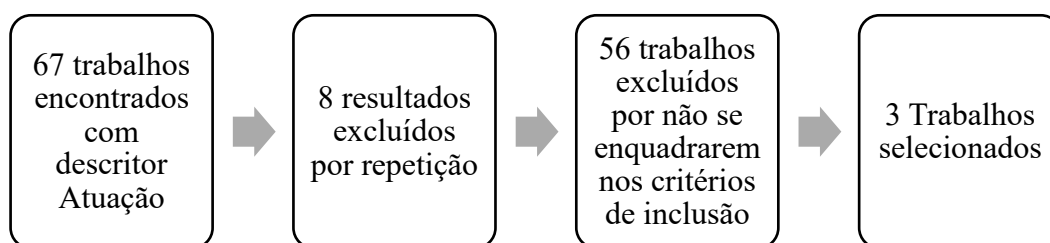


Figura 1. fluxograma da primeira fase de seleção de trabalhos

Posteriormente, foi realizada nova pesquisa substituindo o descritor Atuação pelo descritor Prática, a fim de que mais trabalhos com tal foco fossem encontrados, visto que o número inicial de trabalhos selecionados foi considerado muito baixo, o que resultou em 198 trabalhos a serem avaliados. 52 já haviam aparecido anteriormente, e 27 resultados duplicados, resultando 119 trabalhos a serem avaliados, dos quais três (3) se encaixaram no delineamento da pesquisa, gerando seis (6) trabalhos a serem analisados. Após esse processo, ainda foi incluído um trabalho que não apareceu nos resultados de busca, mas que era de conhecimento da orientadora do presente trabalho e se encaixa no delineamento da pesquisa. Esse movimento pode ser visto na figura 2.

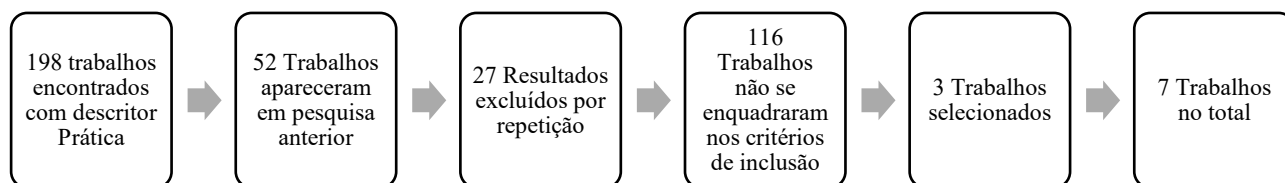


Figura 2. Fluxograma da segunda fase de seleção de trabalhos

Na tabela 1, abaixo, estão apresentados os resultados da busca bibliográfica com os trabalhos selecionados para análise.

Tabela 1. Trabalhos selecionados

Autor(es)	Título	Tipo	Instituição	Abordagem	Ano
Moura, F. R.	A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: Configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar	Dissertação de Mestrado	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Psicologia Histórico-Cultural	2015
Oliveira, A. B.	O Psicólogo na assistência estudantil: interfaces entre psicologia, saúde e educação	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Psicologia Histórico Cultural e Materialismo Histórico-dialético	2016
Oliveira, R. C. N.	Avaliação do Serviço de Psicologia da Assistência Estudantil no	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Psicologia Histórico-cultural	2017

Instituto Federal do Ceará					
Ferro, A. S.	Tornar-se Psicólogo Escolar: a formação da identidade profissional no Instituto Federal de Educação de Goiás	Dissertação de Mestrado	Universidade de Brasília (UnB)	Psicologia Histórico-Cultural	2018
Silva, A. M.	O psicólogo escolar na Assistência Estudantil: um estudo de caso no CEFET – MG Unidade Araxá	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Materialismo Histórico-Dialético	2018
Pereira, M. P.	Psicologia Escolar na educação superior: Um estudo a partir de demandas apresentadas por coordenadores de cursos de graduação	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Materialismo histórico-dialético	2020
Almeida, D. C. L.	Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Psicologia Histórico-Cultural	2022

Fonte: A pesquisa

Em um primeiro momento, é importante ressaltar a grande diferença no número de resultados que surgiu ao se acrescentar o descritor Atuação na busca. Se as/os autoras/es optaram por outras palavras-chave em suas dissertações e teses, esses trabalhos não apareceram

em nosso levantamento, a despeito de focalizarem o Ensino Superior. A Psicologia Escolar pode ser compreendida, de acordo com Tanamachi (2002, como citado por Tanamachi & Meira, 2003, p. 11):

Como área de estudo da psicologia e de atuação/formação profissional do psicólogo, que tem no contexto educacional – escolar ou extraescolar, mas a ele relacionado – o foco de sua atenção, e na revisão crítica dos conhecimentos acumulados pela Pedagogia e pela Filosofia da Educação, a possibilidade de contribuir para a superação das indefinições teórico-práticas que ainda se colocam nas relações entre a Psicologia e a Educação.

Apesar de tal definição, é interessante observar o número reduzido de trabalhos encontrados que focaram em tal aspecto. Não se pode dizer que não houve mais trabalhos que realizaram tal distinção; porém, não foram encontrados na presente pesquisa, o que levanta a reflexão do motivo pelo qual tivemos tão poucos resultados encontrados acerca do assunto nos últimos dez anos a despeito da contínua demanda e do histórico de atuação da Psicologia no âmbito do Ensino Superior. Uma possibilidade seria uma falha do banco de dados de encontrar tais trabalhos por meio da busca avançada, visto que pelo menos uma dissertação foi incluída na pesquisa mesmo não aparecendo nos resultados de busca, o que sugere uma necessidade de atualização e/ou manutenção da ferramenta de pesquisa da BDTD para que esses sejam mais precisos, uma vez que a maior parte dos resultados das buscas realizadas sequer fizeram menção às palavras-chave utilizadas.

A despeito do pequeno número de resultados, que não alcança a marca de um trabalho por ano, pode-se observar duas tendências principais, a partir da leitura dos trabalhos: a atuação da Psicologia no campo da Assistência Estudantil e a atuação da Psicologia acerca de temáticas

que envolvem o fracasso escolar na Educação Superior. Dessa forma, foram criados dois eixos de análise por se compreender que são suficientes para englobar a totalidade dos resultados e evitar a produção de recortes que pudessem se sobrepor.

O primeiro eixo, intitulado *Assistência Estudantil: um campo em plena expansão*, englobará os trabalhos de Oliveira (2016), Oliveira (2017) e Silva (2018), além do trabalho que versa sobre o fenômeno de tornar-se psicóloga/o de Ferro (2017), uma vez que a análise mostrou que muitas das atuações desenvolvidas no campo da Assistência Estudantil ainda são novas e muitas vezes incluem o processo de tornar-se psicólogas/os das/os profissionais atuantes na área. O segundo eixo, intitulado *Fracasso escolar: nuances e demandas*, trará os trabalhos de Moura (2015), Pereira (2020) e Almeida (2022), que versam respectivamente acerca do fracasso escolar, das demandas de coordenadores de curso que incluem questões que permeiam a evasão na Educação Superior, e da evasão escolar no *campus* Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia.

Em ambos os eixos pretende-se analisar também como se deu a atuação de maneira crítica proposta por todas/os as/os autoras/es, uma vez que Meira (2003) aponta não só a importância da consistência teórica e filosófica necessárias para a concretização da transformação proposta quando se é mencionada a perspectiva crítica em Psicologia Escolar, posto que, muitas vezes, ocorre a adesão à tal discurso sem maiores significados e consequências meramente por ser uma tendência atual, mas também a possibilidade do conceito de crítica abarcar diversos sentidos de acordo com as orientações teórico-filosófico adotadas.

3.3.1. Eixo 1: Assistência Estudantil: Um campo em plena expansão

Neste eixo busca-se analisar como vem sendo desenvolvida a atuação da Psicologia Escolar e Educacional no campo da Assistência Estudantil, que se tornou política pública a partir da Portaria nº 39 que institui o primeiro Plano Nacional de Assistência Estudantil –

PNAES – em 2007 (Brasil, 2007), mas que teve suas diretrizes definidas apenas em 2010 com o decreto nº 7234/2010, ainda em vigor. Tais avanços no campo foram obtidos após diversas pesquisas e movimentos realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), como veremos a seguir.

Na tabela 2 encontram-se todos os trabalhos que serão analisados neste eixo.

Tabela 2. Trabalhos analisados no Eixo 1

Autor(es)	Título	Tipo	Instituição	Abordagem	Ano
Oliveira, A. B.	O Psicólogo na Assistência Estudantil: Interfaces entre Psicologia, Saúde e Educação	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Psicologia Histórico Cultural e Materialismo Histórico-Dialético	2016
Oliveira, R. C. N.	Avaliação do Serviço de Psicologia da Assistência Estudantil no Instituto Federal do Ceará	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Ceará (UFC)	Psicologia Histórico-cultural	2017
Ferro, A. S.	Tornar-se Psicólogo Escolar: a Formação da Identidade Profissional no Instituto Federal de Educação de Goiás	Dissertação de Mestrado	Universidade de Brasília (UnB)	Psicologia Histórico-Cultural	2017

Silva, A. M.	O Psicólogo Escolar na Assistência Estudantil: Um Estudo de Caso no CEFET – MG Unidade Araxá	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Materialismo Histórico- Dialético	2018
---------------------	--	----------------------------	---	---	------

Fonte: A pesquisa

A criação do Fonaprace ocorreu durante o II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, em 1987, com o objetivo de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação (MEC) propostas relacionadas à política de promoção e apoio aos estudantes. Esse evento se insere no contexto político e socioeconômico de redemocratização após a ditadura militar no país, na década de 80. Em meados de 1984, os Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se reuniam em encontros regionais e nacionais, buscando discutir políticas que viabilizassem a permanência das/os estudantes na universidade, proporcionando condições mínimas para um ensino de qualidade (Fonaprace, 2012). Em 1989 foi criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), para representar oficialmente as IFES na interlocução com o governo federal, as associações de professores e de técnicos administrativos e a sociedade em geral².

Durante a década de 90, a prioridade do Fórum era a identificação de dados confiáveis para a fundamentação da formulação e elaboração de políticas de Assistência Estudantil. Em 1996 foi realizada a I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, contando com a participação de 44 das 52 instituições

² https://www.andifes.org.br/?page_id=261

(84,62%), que identificou que 44,29% das/os estudantes tinham potencial de demanda por Assistência Estudantil e abalou o imaginário social de que as universidades eram ocupadas em sua maioria pelas elites econômicas. Em 2000, o governo federal elaborava o Plano Nacional de Educação (PNE) sem considerar a Assistência Estudantil. Esta última foi incluída, juntamente com indicadores para a permanência estudantil nas Instituições de Ensino Superior (IES), após o Fonaprace apresentar os resultados da pesquisa e formalizar um pedido nesse sentido. O plano foi aprovado e publicado no Diário Oficial em 10 de janeiro de 2001, levando à elaboração de um documento mais abrangente concretizado na minuta do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este estabeleceu orientações fundamentais para a formulação de programas e projetos, evidenciando a importância da alocação de recursos financeiros para a área. A versão final do PNAES foi encaminhada à Andifes em abril de 2001, tornando-se o documento base para as ações relativas ao tema, mas o governo de Fernando Henrique Cardoso não concedeu a liberação de verbas para atender as demandas feitas. O apoio aos estudantes era fornecido através de esforços individuais de cada instituição, dependendo da sensibilidade de gestores enxergar a AE como investimento e não gasto (Fonaprace, 2012).

No período entre 2003 e 2010 o processo de reestruturação e expansão das universidades foi estimulado, com o reconhecimento da importância da AE nas IFES. Entre novembro de 2003 e março de 2004 foi realizada a II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, sob a orientação da Andifes e com o apoio da Secretaria de Educação Superior (SESu/MEC), contando com a participação de 47 das 53 IFES (88,68%). Os resultados reafirmaram os achados da primeira pesquisa, com 42,8% das/os estudantes sendo identificadas/os como potenciais de demanda de AE. Em 2007, o Plano Nacional da Assistência Estudantil foi atualizado pelo Fórum e pela Andifes, sendo instituído como política de governo pelo Ministério da Educação (MEC) através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e consolidado como programa de estado quando da

assinatura, pelo presidente Lula, do Decreto nº 7.234 em 19 de julho de 2010, convertendo-o em Programa Nacional de Assistência Estudantil, mantendo-se a mesma sigla.³ No mesmo ano, foi realizada a III Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior, através da elaboração e implantação do Sistema de Informação do Perfil do Estudante (SIPE) Brasil, que permite a reaplicação da pesquisa em periodicidades menores, além de gerar um relatório virtual interativo que possibilita a realização de levantamento, cruzamento e mapeamento de dados. Os resultados mostraram que 43,7% das/os estudantes apresentam demanda potencial por AE (Fonaprace, 2012).

De acordo com o documento publicado pela Andifes, os objetivos do PNAES são: “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (Andifes, 2007). O Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, por sua vez, define dez áreas para o desenvolvimento das ações da AE, sendo elas moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. É a aplicação de tais objetivos que os trabalhos selecionados neste eixo se propõem a avaliar e estudar.

Oliveira (2016) analisa qualitativamente a atuação das/os psicólogas/os na Assistência Estudantil nas Universidades Públicas Federais de Minas Gerais, a partir da Psicologia Histórico-Cultural e da Psicologia Crítica. Percebe-se a influência da perspectiva teórica utilizada na extensa pesquisa realizada acerca do desenvolvimento das políticas de Assistência Estudantil hoje existentes, do percurso e desenvolvimento da Psicologia e sua proximidade

³ Em outubro de 2023, foi aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto de lei nº 1434/11, que cria a Política Nacional de Assistência Estudantil. Atualmente, o projeto tramita no Senado.

histórica com o campo da Educação, e da perspectiva crítica em Psicologia Escolar e Educacional no país. Também demonstra constante preocupação em considerar o contexto nos quais as/os participantes da pesquisa desenvolvem sua atuação, tanto geograficamente, ao expor os dados relativos ao estado de Minas Gerais, institucionalmente, ao analisar a constituição das equipes da Assistência Estudantil e de quais formas estão vinculadas aos diferentes setores das instituições, e individualmente, ao analisar aspectos como tempo e instituição de formação, busca de especializações, orientações teóricas e visão individual de cada profissional. A análise mostrou que a proporção da atuação masculina é maior nesse setor em comparação ao cenário nacional e estadual; a maioria das/os profissionais têm mais de cinco anos de formação, já tiveram experiência profissional anterior à atuação na universidade em áreas diversas, e todas/os buscam investir em diversas modalidades de formação continuada. O principal público atendido são as/os estudantes e as/os profissionais expressaram dificuldades em desenvolver trabalhos envolvendo as/os docentes e, apesar dessa ser uma demanda observada, as principais formas de atuação se encaixam nos moldes tradicionais, especialmente o atendimento individual, que são utilizadas como ponto de partida para a elaboração e aplicação de formas de atuação grupais e coletivas, e não de uma forma patologizante e de culpabilização das/os estudantes, mas de promoção à saúde e em interface entre Saúde e Educação. Ademais, a maioria das/os participantes da pesquisa faz parte de equipes multidisciplinares constituídas por profissionais das áreas da saúde e/ou humanas, um fator estruturante da identidade da/o psicóloga/o na AE, em que se organizam, estruturam e desenvolvem suas práticas, posicionamentos e concepções. A inexistência de referências sobre a atuação e o papel da/o psicóloga/o na Assistência Estudantil foi mencionada como geradora de inseguranças e de dificuldades no estabelecimento de limites e possibilidades concernentes à prática.

Oliveira (2017) avalia quantitativa e qualitativamente o serviço de Psicologia da Assistência Estudantil na Universidade Federal do Ceará, a partir dos referenciais da Psicologia

Histórico-Cultural, deixando claras as definições e diferenças entre os conceitos de política, política pública, política social, programa e projeto, uma vez que tais termos são importantes para a compreensão de como se desenvolve a Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Na análise, é colocada a informação de que, para que o trabalho de um/a psicólogo/a atuante numa instituição educacional possa ser desenvolvido adequadamente e possa atender às demandas de maneira apropriada, deve ser obedecida a proporção de um/a psicólogo/a para até 600 estudantes matriculadas/os, de acordo com uma pesquisa que começou a ser desenvolvida pelos psicólogas/os do Instituto Federal do Ceará (IFCE) em conjunto com o Conselho Regional de Psicologia (CRP) da 11ª Região (Ceará), mas que não pode ter continuidade devido à falta de pessoal do CRP para realizar uma avaliação da situação completa de todos os *campi*. Propomos uma reflexão acerca da utilização de tal dado uma vez que não foi possível corroborar a existência dessa recomendação em outros documentos no levantamento feito para o presente estudo, além de os resultados da pesquisa terem demonstrado que, mesmo nos *campi* em que essa proporção é respeitada, o alcance do trabalho desenvolvido pelas/os psicólogas/os lotadas/os na Assistência Estudantil ainda é baixo, apesar de a maior parte das/os alunas/os matriculadas/os na instituição compor o público alvo da política, seja por se encaixarem no quesito de renda e/ou de instituição de origem. Outros resultados apontaram que, nas universidades mais bem avaliadas no país, a AE ainda não é um campo consolidado, uma vez que nem todas possuem uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, e a maioria vincular as atividades de AE à outras áreas. Ademais, as/os psicólogas/os que participaram da pesquisa têm sua primeira experiência com a Psicologia Escolar e Educacional na AE, e desenvolvem, majoritariamente, ações voltadas a modelos considerados tradicionais de atuação, focando em aspectos individuais do público atendido, considerando seu trabalho como relevante para a formação dos estudantes. Estes, por sua vez, têm conhecimento da existência da AE na instituição, porém, ainda desconhecem o trabalho da/o psicóloga/o dentro da área, relatando as

mesmas concepções tradicionais de atuação já apontadas pelas/os profissionais, e uma parcela significativa não soube descrever ou avaliar tal serviço, sendo levantada a hipótese de o número de profissionais para o atendimento da demanda estudantil ser insuficiente, mesmo sendo observada uma avaliação positiva e atribuição da importância do trabalho. Dessa forma, foi concluído que o trabalho das/os psicólogas/os e as atividades da AE ainda estão em fase de configuração.

Ferro (2017) analisa o processo de tornar-se psicóloga/o escolar no Instituto Federal do Goiás (IFG) fundamentada na perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, considera os substratos físicos, históricos, políticos e sociais nos quais tal processo ocorre, bem como os fluxos, movimentos e contradições do processo na relação entre sujeitos e instituição. A autora discorre acerca do desenvolvimento da Psicologia enquanto ciência, destacando as vinculações metodológicas e filosóficas efetivadas ao longo de sua história, por meio da análise gnosiológica do conhecimento, e a vinculação da Psicologia Histórico-Cultural com o Materialismo Histórico-Dialético. Explora a evolução da Psicologia Escolar no contexto histórico brasileiro, diferenciando as terminologias Psicologia Escolar e Psicologia Educacional enquanto propulsoras de dissociação entre teoria e prática. Disserta ainda sobre o percurso histórico do desenvolvimento do ensino profissional no Brasil, considerando-o um campo de disputas e contradições por projetos distintos de sociedade, com ênfase nas transformações da Rede Federal de Ensino Profissional no país. Ao analisar os dados, descreve o organograma da instituição, destacando como um dos objetivos da análise documental a descrição das funções e setores de lotação do psicólogo, porém observamos que tal informação não foi encontrada nas discussões. Aponta a indissociabilidade entre o tornar-se psicóloga/o e o território no qual os processos políticos, históricos, culturais e sociais que afetam o processo ocorrem, porém não explicita em quais sete dos 14 *campi* as/os profissionais entrevistados desenvolvem suas atividades. Mesmo que o conceito de território utilizado ultrapasse a significação geográfica,

consideramos importante para a compreensão das falas das/os profissionais o local físico de onde falam. Não obstante, constata a existência de lugares múltiplos de desenvolvimento da Psicologia, podendo ser ideológicos, políticos, não-lugares ou espaços de construção, não permitindo serem delimitados por coordenadas ou setores uma vez que perpassam espaços geográficos, mas que demandam o espaço físico de uma sala, que nem todos as/os profissionais possuem. As práticas são consideradas sínteses das tensões entre o sujeito e o território, marcadas pela dinâmica relacional e dialética. Isso requer cautela individual e coletiva a fim de evitar a confusão da Psicologia com áreas de atuações administrativa diversas, além da compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam a atuação e abordagem das/os psicólogas/os a fim de permitir a construção de uma prática dotada de compromissos éticos, sociais e políticos, em conjunto com a promoção do espaço de contradições e resistência às práticas pré-estabelecidas da instituição.

Silva (2018) buscou conhecer e analisar a atuação da/o psicóloga/o escolar na Assistência Estudantil no Centro Federal de Ensino Tecnológico de Minas Gerais – Cefet MG – no *campus* de Araxá a partir da Psicologia Escolar Crítica. Para tanto, descreve o percurso histórico que culminou na criação do Cefet-MG e da unidade de Araxá, e como se dava a atuação da AE. Destaca que, dos 26 anos de existência, apenas a Assistência Social está presente desde a inauguração do *campus*, sendo a equipe mínima da Assistência Estudantil constituída apenas em 2008, ou seja, após a publicação do PNAES. Essa equipe tem como foco principal, de acordo com os atores institucionais, o atendimento aos estudantes e às suas necessidades materiais e direitos mínimos de moradia, alimentação e transporte, e o atendimento psicossocial vinculado à uma atuação tradicional de clínica individual. Isso evidenciou o desconhecimento acerca das possibilidades de atuação da/o psicóloga/o escolar, embora sua importância já estivesse consolidada, caracterizando o trabalho desenvolvido pela psicóloga da instituição como inovador. Observa-se que a autora, que também desempenha o papel de psicóloga escolar

na instituição, utiliza referenciais teóricos da Perspectiva Crítica em Psicologia tanto para a análise dos dados quanto para o desenvolvimento de suas práticas, buscando ampliar seu alcance e incluir docentes, servidores e familiares em suas intervenções, com o objetivo de aprimorar a garantia da permanência das/os estudantes, que é o cerne da AE.

Todos os trabalhos analisados destacam que, apesar do decreto nº 7.234/2010, a Assistência Estudantil ainda não tem muitas referências que versam sobre como a prática pode ser desenvolvida de modo a contemplar os objetivos das diretrizes, ficando a cargo de cada instituição e das/os profissionais nela inseridos elaborarem a sua própria atuação, como fica claro em Oliveira (2016, p. 253), ao identificar a “falta de clareza e a inexistência de referências sobre a atuação e o papel do psicólogo na Assistência Estudantil (...)” como um desafio enxergado pelas/os profissionais participantes da pesquisa; em Oliveira (2017, p. 20), ao colocar que “(...) não há um modelo oficial que viabilize a execução dessas ações.”; e em Silva (2018, p. 60), com o apontamento de que “(...) cada instituição federal de ensino ter autonomia para criar e gerenciar sua própria política de assistência ao estudante”.

Ademais, todos os trabalhos também evidenciam o contexto socioeconômico e histórico no qual as políticas públicas destinadas ao Ensino Superior e à Assistência Estudantil foram desenvolvidas no país, como pode-se ler em Oliveira (2016 p. 246) que considera “(...) de grande complexidade, de constantes transformações e num espaço de luta e conquistas sociais e políticas.”. Isso indica coerência com a proposta da Psicologia Escolar Crítica que, de acordo com Meira (2003), considera que os fenômenos psicológicos só podem ser propriamente compreendidos a partir de seu caráter fundamentalmente histórico e social.

Observa-se que a atuação da/o psicóloga/o na AE é um misto de práticas tradicionais e práticas inovadoras, sendo a primeira muitas vezes utilizada como ponte para a segunda. Além disso, mostra-se necessária a criação de ferramentas oficiais de avaliação da AE, que apesar de fazer parte do decreto da AE, ainda é feita de maneira intuitiva pelas/os profissionais que

contam apenas com suas observações e com o retorno das/os estudantes que são contemplados com sua prática.

3.3.2. Eixo 2: Fracasso escolar: Nuances e Demandas

Neste eixo busca-se analisar a atuação da Psicologia Escolar e Educacional acerca do fracasso escolar na Educação Superior. Na tabela 3 encontram-se todos os trabalhos que serão analisados neste eixo.

Tabela 3. Trabalhos analisados no eixo 2

Autor(es)	Título	Tipo	Instituição	Abordagem	Ano
Moura, F. R.	A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: Configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar	Dissertação de Mestrado	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Psicologia Histórico-Cultural	2015
Pereira, M. P.	Psicologia Escolar na educação superior: Um estudo a partir de demandas apresentadas por coordenadores de cursos de graduação	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Materialismo histórico-dialético	2020

Almeida, D. C. L.	Contribuições da Psicologia Escolar e Educativa para um Estudo Sobre as Nuances da Evasão em um Campus Universitário	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	Psicologia Histórico- Cultural	2022
------------------------------	---	-------------------------------	---	-----------------------------------	------

Fonte: A pesquisa

De acordo com Oliveira (2016), na visão da perspectiva crítica, o fracasso escolar não é responsabilidade da/o aluna/o, mas resultado das deficiências da sociedade e da educação, sendo, portanto, fruto das relações sociais que promovem a elitização do conhecimento oferecendo apenas o mínimo necessário para que a maior parte da população possa continuar sendo dominada pelo sistema capitalista, que busca a manutenção das desigualdades sociais e o contínuo enriquecimento das classes dominantes.

O objetivo de Moura (2015) foi analisar a atuação da/o psicóloga/o escolar no Ensino Superior e o posicionamento que ele assume diante do fracasso escolar neste nível de ensino, fundamentando-se nos princípios da Psicologia Histórico-Cultural. Para isso, o autor analisa as principais políticas educacionais que direcionam a graduação no Brasil, que sempre foi voltada ao atendimento às necessidades das elites. Ele constata que essas políticas são resultado de ideais neoliberais que tratam a educação como mercadoria e negócio, visando aumentar o número de instituições formadoras em massa, com acadêmicos de baixa qualificação. Assim, o Plano Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) não muda o cenário da massificação do ensino ou a carência do acesso ao ensino público, atendendo ao neoliberalismo ao propor a redução da evasão e a minimização do fracasso escolar através da flexibilização pedagógica e da precarização do trabalho docente.

Ao explorar a atuação da/o psicóloga/o escolar diante de tal realidade, Moura (2015) atesta que ela se aproximou do posicionamento da Psicologia Escolar e Educacional ao longo da história, que culpabilizou, patologizou e psicologizou o indivíduo, legitimou o fracasso escolar e serviu à manutenção do *status quo* e à defesa da ideologia capitalista e neoliberal, caracterizando seu trabalho essencialmente por atendimentos individuais voltados ao acompanhamento das/os alunas/os com dificuldades de adaptação e aprendizagem. Mesmo estando presente nas políticas educacionais como o REUNI, a/o psicóloga/o é vista/o como um/a agente de redução do fracasso escolar, sendo convocada/o a “tratar” as/os estudantes a fim de aumentar seu rendimento e evitar a reprovação e evasão, não fornecendo elementos que possibilitem a reflexão da realidade educacional em sua complexidade. Ao propor uma atuação que contemple questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem, buscou compreender as/os jovens universitários a partir dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, através de conceitos desenvolvidos por Vigotski e Leontiev, propositores de tal abordagem, demonstrando a necessidade de compreensão de teorias do desenvolvimento e aprendizagem por parte dos profissionais.

Moura (2015) analisa uma pesquisa realizada com treze psicólogas/os atuantes na Educação Superior, e além de reafirmar as práticas culpabilizantes focadas nas/os estudantes que fragmentam a compreensão do processo educacional, também evidencia que as/os profissionais não têm clareza acerca da forma que devem atuar no ambiente universitário, apresentando propostas diversas em relação à intervenção, apesar de expressarem a necessidade de uma alteração na postura relativa às suas atividades. Assim, propõe como atividades possíveis a serem desenvolvidas a fim de enfrentar e superar o fracasso escolar o trabalho junto aos alunos/as monitores, a atividade de recepção de calouros/as, a atuação junto aos movimentos estudantis e a mediação e intervenção com gestoras/es, coordenadoras/es de curso e professoras/es, de forma a buscar a superação dos modelos tradicionalmente adotados pela

ciência psicológica no espaço educacional, evidenciando a importância do acompanhamento do desenvolvimento social e histórico e da produção de conhecimentos pela ciência visando à construção de uma sociedade justa que ofereça condições para o desenvolvimento das potencialidades humanas iguais para todos.

O objetivo de Pereira (2020) foi o de conhecer as demandas apresentadas por coordenadoras/es de curso de graduação e analisá-las à luz da Psicologia Escolar e Educacional na vertente crítica. Dessa forma, contextualiza a Perspectiva Crítica em Psicologia Escolar, a Educação Superior no Brasil e suas políticas públicas e a atuação da Psicologia Escolar em tal contexto. Ao realizar a pesquisa bibliográfica para o embasamento teórico, a autora utiliza como uma das plataformas a BDTD, que também utilizamos no presente estudo, e relata situação semelhante com a que nos deparamos: dos 50 resultados apresentados, apenas 5 puderam ser selecionados, o que reforça a necessidade de atualização e/ou manutenção da plataforma para que seja possível uma melhor filtragem dos resultados baseados nas palavras-chave utilizadas.

Pereira (2020) também realizou uma pesquisa com coordenadoras/es de curso de uma universidade pública de Minas Gerais. Uma das reflexões desenvolvidas a partir dos resultados encontrados se relaciona à desigualdade de gêneros nos cargos de gestão, uma vez que a maioria das/os participantes da pesquisa foram homens, assim como o são a maioria das/os coordenadoras/es da instituição e das/os docentes no cenário nacional. Além disso, identifica que os desafios mencionados pelas/os coordenadoras/es estão ligados às dificuldades de prestar suporte aos estudantes, à escassez de tempo para cumprir e equilibrar todas as suas responsabilidades envolvendo o ensino, a pesquisa e as atribuições na coordenação, uma vez que continuam ocupando o cargo de professoras/es durante seu mandato, à ausência de preparação ou formação adequada para desempenhar a função de coordenador e à interação com os colegas. Ademais, também constata que a maioria das/os profissionais participantes não conhece o trabalho da/o psicóloga/o escolar, porém reconhece a necessidade do

desenvolvimento de sua atuação, mesmo que suas falas demonstrem que seus imaginários acerca de tal trabalho se relacionam a uma perspectiva tradicional de atuação da Psicologia Escolar e Educacional. Por fim, a autora elabora algumas possibilidades de atuação dessa/e profissional tanto no âmbito da intervenção com discentes quanto com docentes, além de revelar a necessidade de uma formação continuada permanente voltada aos coordenadores/as, a fim de que elas/es possam ser mais bem instrumentalizadas/os para o cumprimento de suas funções.

O objetivo de Almeida (2022) foi o de analisar o fenômeno da evasão no *campus* Patos de Minas da Universidade Federal de Uberlândia – MG por meio dos pressupostos da Psicologia Escolar e Educacional e da Psicologia Histórico-Cultural, buscando enriquecer as compreensões sobre a temática. Assim, expõe a história da Educação Superior no Brasil, defendendo-a como um bem público e universal, relatando suas diversas transformações através das políticas públicas implementadas, transformando o perfil dos estudantes nas universidades, e discutindo as dificuldades da Assistência Estudantil no âmbito das instituições e a importância do PNAES para a promoção da permanência estudantil. Ademais, levanta discussões envolvendo o fenômeno da evasão nos âmbitos nacional e internacional, buscando a ampliação das compreensões envolvendo as causalidades do processo de saída de cursos e instituições, obtendo a certeza de que sem a compreensão das causas que culminam em tal decisão e da conjuntura econômica e social neste tempo histórico, não seria possível a investigação proposta na pesquisa realizada com as/os estudantes que ultrapassassem os dados quantitativos cedidos pela instituição. Também investiga a história da Psicologia Escolar e Educacional em relação com a Educação Superior, destacando a Assistência Estudantil como fundamental para a inclusão da/o psicóloga/o neste nível de ensino, realizando considerações acerca de conceitos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural para auxiliarem na compreensão crítica do fenômeno da evasão.

Almeida (2022) descreve a pesquisa realizada com 45 alunas/os e analisa os dados em dois eixos, buscando relacionar as principais motivações mencionadas pelas/os estudantes com os apontamentos da Psicologia Histórico-Cultural na tentativa de compreender as causalidades envolvidas no fenômeno de evasão e dedicando-se à uma perspectiva crítica dos dados quantitativos fornecidos pela instituição e descortinar o fenômeno identificando aspectos de sua produção. Assim, identifica duas nuances relacionadas à evasão: resultante da mobilidade dos estudantes ou da exclusão escolar. Considera inconsistente a continuidade da utilização dos parâmetros desenvolvidos pela Comissão Especial de Evasão em 1996 relativos às causalidades envolvidas em fatores individuais, institucionais e sociais já que eles se interrelacionam continuamente, e propõe a sua substituição pela dialética singular-particular-universal proposta por Pasqualini e Martins (2015, como citado por Almeida, 2022), pois considera que permite a apreensão do fenômeno em sua processualidade e totalidade, excedendo os aspectos singulares, objetivando a aproximação com sua concretude e essência. Chama atenção para a necessidade de as/os psicólogas/os se atentarem para não perpetrarem a individualização das questões do processo educativo que é marca histórica da Psicologia Escolar e Educacional. Compreende que os sentidos atribuídos pelas/os estudantes e pelas/os professoras/es às atividades de estudo e docência interferem em tomadas de decisão relacionadas à permanência e evasão. Critica a redução do papel da Educação Superior para apenas a diplomação de pessoas transformando-a em uma linha de produção, não considerando as individualidades ou as outras finalidades da Educação Superior propostas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, levando à visão da/o estudante evadido como apenas um produto fora do padrão de qualidade esperado. Finalmente, reconhece que a atuação da/o psicóloga/o relacionada ao enfrentamento deste fenômeno deve ser direcionada para o auxílio na permanência das/os estudantes assim como garantir o prosseguimento de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento e o

acesso à uma formação crítica e consciente da realidade, ressaltando a potência do campo da Assistência Estudantil para tanto.

A análise de todos os trabalhos nos mostra que, devido à recente inclusão da/o profissional de Psicologia dentro do espaço do Ensino Superior, ainda existe uma dificuldade por parte de todas/os as/os agentes desse nível de compreender qual o seu papel e de que forma ela/e deve desenvolver o seu trabalho. Assim, os estudos evidenciam que ainda são muito difundidos ideais relacionados à uma atuação tradicional da Psicologia Escolar e Educacional, com ênfases para o diagnóstico, tratamento e resolução de problemas que ainda são vistos como de nível individual, apesar de a Perspectiva Crítica em Psicologia ter a compreensão de que só esse tipo de intervenção não é suficiente, uma vez que existem determinantes mais complexos do que esse envolvidos nos fenômenos observados que incluem aspectos institucionais, sociais, econômicos e políticos.

Ademais, fica nítido que existe uma necessidade da ampliação da atuação da Psicologia de forma que abarque, além dos estudantes, que ainda são o foco principal, os professores, pois fazem parte de uma das principais formas de contato que os alunos têm com a Educação Superior, além de trabalhadores da educação, famílias, a comunidade e o território. Defende-se também a necessidade de contratação de mais docentes, uma vez que fica nítido que, na configuração atual, eles não têm condições de atender a todas as demandas impostas à sua prática profissional, o que impacta na sua saúde física e mental, e afeta todas as suas relações sociais, inclusive com os próprios discentes.

4. Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi levantar e analisar produções referentes à atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior nos últimos dez anos. Para sua consecução, foi realizado um levantamento na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações (BDTD), por meio dos descritores Psicologia Escolar e Educacional; Ensino e/ou Educação Superior; Prática e Atuação e com recorte cronológico de 2012 a 2022. Sete trabalhos mostraram-se adequados ao escopo e objetivo da pesquisa e elaboramos dois eixos de análise: *Assistência Estudantil: um campo em plena expansão e Fracasso escolar: nuances e demandas*.

Observamos que a atuação da Psicologia Escolar e Educacional na Educação Superior ainda é recente e sua principal porta de entrada ocorre por meio da Assistência Estudantil (AE), que passou a ser desenvolvida de forma abrangente em todas as Instituições Federais de Ensino Superior após a conquista do Programa Nacional de Assistência Estudantil. Apesar disso, identificamos que ainda existe um longo caminho a ser percorrido para que todas/os as/os profissionais que atuam em tal âmbito, não só da Psicologia, tenham acesso a diretrizes que sejam norteadoras para a sua prática, uma vez que ainda não podemos identificar nenhum documento de cunho nacional que verse sobre possibilidades de aplicação da Assistência Estudantil, ficando a cargo de cada instituição desenvolver sua prática de acordo com as demandas estudantis e as ferramentas que têm à disposição, que também são limitadas devido aos recursos não corresponderem às suas necessidades.

O fenômeno da evasão e as atividades desenvolvidas pela Assistência Estudantil são dois lados da mesma moeda, uma vez que o trabalho da última é crucial para o desenvolvimento de atuações e projetos que impactem na primeira, de forma a diminuir a sua ocorrência e aumentar a permanência das/os estudantes. Assim sendo, é necessário que conteúdos teórico-práticos referentes à Psicologia Escolar e Educacional nesse nível de ensino estejam presentes em cursos de graduação, na formação inicial e também em propostas de formação continuada de psicólogas e psicólogos, notadamente quando estas e estes estejam vinculados a esse nível de ensino. Nesse sentido, destacamos que a presença da Psicologia Escolar e Educacional na AE é extremamente necessária para a elaboração coletiva, junto aos atores das Instituições de

Ensino Superior, de trabalhos e projetos que busquem a conscientização de todos acerca das reais possibilidades dessa área para além da concepção tradicional individualizante, visando uma educação emancipadora e crítica, em prol de uma sociedade mais humana e sensível. Este é um dos mais significativos papéis da Universidade.

Referências

- Almeida, D. C. L. (2022). *Contribuições da Psicologia Escolar e Educacional para um estudo sobre as nuances da evasão em um campus universitário*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34585>
- Almeida, J. C. S. (2013). *Avaliação da implementação do PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil na UFPR: Impactos e resultados para graduandos com fragilidade socioeconômica*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, Santa Catarina, Brasil.
- Antunes, M. A. M. (2014). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. 5ª ed. São Paulo: EDUC.
- Antunes, M. A. M. (2011). Psicologia e educação no Brasil: uma análise histórica. In: R. G. Azzi, & M. H. T. A. Gianfaldoni (Orgs.), *Psicologia e Educação*, v. 1, série ABEP formação (pp. 9–32). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 12(2), pp. 469–475. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>
- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (2007). *Plano Nacional de Assistência Estudantil*. Brasília, DF. Recuperado de http://www.superest.ufrj.br/images/Plano_Nacional_Assistencia_Estudantil_ANDIFES.pdf
- Barbosa, D. R. (2012). Contribuições para a construção da historiografia da psicologia educacional e escolar no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(N.Especial), pp. 104-123. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500008>

Barbosa, D. R., & Souza, M. P. R. (2012). Psicologia educacional ou escolar? Eis a questão. *Psicologia Escolar e Educacional*, 16 (1), pp. 163–173. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572012000100018>

Brasil. *Decreto nº. 7.234 de 10 de julho de 2010 (2010)*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Brasil. *Ministério da Educação. Portaria Normativa nº. 39, de 12 de dezembro de 2007 (2007)*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf.

Checchia, A. K. A., & Souza, M. P. R. de. (2003). Queixa escolar e atuação profissional: apontamentos para a formação de psicólogos. In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (orgs), *Psicologia escolar: teorias críticas* (pp. 105-137). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cunha, L. A. (2007). *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: UNESP.

Ferro, A. S. (2017). *Tornar-se psicólogo escolar: a formação da identidade profissional no Instituto Federal de Educação de Goiás*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31191>

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. (2012). *FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Uberlândia, MG: UFU, PROEX.

Machado Junior, C., Souza, M. T. S. de, Parisotto, I. R. dos S., & Palmisano, A. (2016). As Leis da Bibliometria em Diferentes Bases de Dados Científicos. *Revista de Ciências da Administração*, 1(1), 111–123. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2016v18n44p111>

Marinho-Araújo, C. M. (2015). Psicologia Escolar na Educação Superior: Novos cenários de intervenção e pesquisa. In: C. M. Marinho-Araújo (org). *Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática*. (2. ed. pp. 155-202) Ed. Alínea.

- Marinho-Araújo, C. M. (2016). Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. *Estudos de Psicologia* 33(2), pp 199-211. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000200003>
- Marinho-Araújo, C. M. & Almeida, S. F. C. de (2014). *Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional (4ª ed.)*. Campinas, SP: Ed. Alínea.
- Martínez, A. M. (2009). Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. *Psicologia Escolar e Educacional*, 13(1), 169-177. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572009000100020
- Meira, M. E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-histórica. In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (orgs.). (2003). *Psicologia escolar: teorias críticas*. (pp. 13-78) São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moura, F. R. (2015). *A atuação do psicólogo escolar no ensino superior: configurações, desafios e proposições sobre o fracasso escolar*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/5692>
- Oliveira, A. B. (2016). *O Psicólogo na assistência estudantil: interfaces entre psicologia, saúde e educação*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18126>
- Oliveira, R. C. N. de. (2017). *Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, Brasil. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28432>
- Pereira, M. P. (2020). *Psicologia Escolar na Educação Superior: um estudo a partir de demandas apresentadas por coordenadores de cursos de graduação*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29884>

Silva, A. M. (2018). *O psicólogo escolar na assistência estudantil: um estudo de caso no CEFET – MG unidade Araxá*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22320>

Tanamachi, E. R. & Meira. M. E. M. (2003). A Atuação do Psicólogo como Expressão do Pensamento Crítico em Psicologia e Educação. In: M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (orgs) (2003). *Psicologia Escolar: Práticas Críticas*. (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.